



LOCAL
GENDER
EQUALITY

Guia para a Integração a Nível
Local da Perspetiva de Género no

Urbanismo, Habitação e Ambiente



Mónica Lopes e Virgínia Ferreira (coord.)

Rosa Monteiro

Sandra Saleiro

Cláudia Múrias



FICHA TÉCNICA

Título

Guia para a Integração a Nível Local da Perspetiva de Género no Urbanismo, Habitação e Ambiente

Editor

CES – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Autoria

Mónica Lopes e Virgínia Ferreira (coords.)

Rosa Monteiro

Sandra Saleiro

Cláudia Múrias

Data da Edição

Junho 2016

Conceção Gráfica

CH Academy

Francisco Horta e Vale

PROMOTOR:



PARCEIROS:



FINANCIAMENTO:



ÍNDICE

Fundamentos - Os porquês	06
Princípios e metodologias - Como proceder?	11
Instrumentos - A que recorrer?	17
Com quem?	38
Boas práticas - Que exemplos?	39
Referências bibliográficas	50

O meu Município
pela Igualdade.

Localmente Construimos
uma Vida Melhor para
Mulheres e Homens.





Fundamentos

Os porquês

Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local

Artigo 25 - Planeamento urbano e local

1. O signatário reconhece a importância do desenvolvimento do seu espaço, dos seus transportes, da sua economia bem como das suas políticas na utilização dos solos a fim de criar as condições nas quais o direito à igualdade das mulheres e dos homens pode, mais facilmente, tornar-se uma realidade.
2. O signatário compromete-se a assegurar que na conceção, na elaboração na adoção e na implementação destas políticas e destes planos:
 - a) A necessidade de promover a igualdade real em todos os aspetos da vida local é totalmente tida em consideração.
 - b) As necessidades específicas das mulheres e dos homens relativamente, por exemplo, ao emprego, ao acesso aos serviços e à vida cultural, à educação e exercício das responsabilidades familiares, fundamentadas em dados locais pertinentes ou outros, inclusive as análises sexuais realizadas pela organização signatária, são devidamente consideradas.
 - c) Planificações de grande qualidade são adotadas, pois que têm em conta as necessidades das mulheres e dos homens.

(CMRE, 2006: 28)



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030, das Nações Unidas

Objetivo 11 - Cidades e comunidades Sustentáveis

11.1 - Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos, e melhorar as condições nos bairros de lata.

11.3 - Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planeamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.

11.7 - Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos e a espaços seguros, inclusivos acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

(UNRIC, 2016: 22-23)

A prática urbanística consiste em tomar decisões sobre a localização das atividades no espaço, sobre a forma do espaço público, do espaço privado e dos edifícios, sobre as características dos sistemas de transporte. O urbanismo influencia diretamente o acesso que as pessoas dos grupos sociais têm aos locais de trabalho, equipamentos e serviços, a comodidade do uso dos mesmos e a necessidade de transporte para aceder aos mesmos.

(Sánchez Madariaga, 2004: 12)



› Ao longo da história do urbanismo, têm sido sobretudo os homens, enquanto arquitetos, urbanistas, políticos, promotores, construtores e produtores, que têm idealizado, projetado e construído as cidades. As mulheres, com poucas exceções, estiveram excluídas deste campo profissional até o final do século XX.

› O urbanismo funcionalista, que teve o seu corolário máximo plasmado na controversa Carta de Atenas, criou uma “cidade funcional”, onde os espaços são segregados em zonas monofuncionais de trabalho e residência. Este modelo é, hoje, reconhecido com amplamente disfuncional.

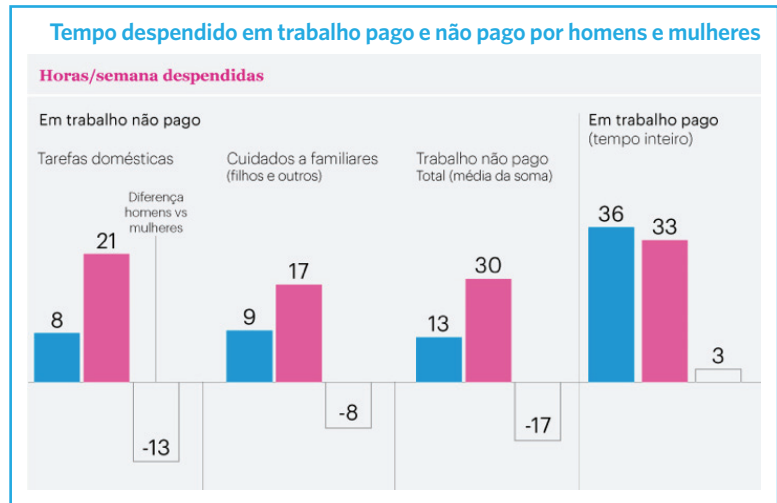
› Assim, a resposta que ao longo dos séculos foi dada aos problemas que foram surgindo nos processos de crescimento e mudança das nossas cidades, tem sido o reflexo da ideia de não considerar que para o desenvolvimento da sociedade e da civilização é tão importante garantir condições ótimas para o desenvolvimento do trabalho produtivo como do trabalho reprodutivo.

– Desconsideração do **trabalho reprodutivo**, beneficiando primordialmente a esfera do trabalho e do sexo masculino.

› Mulheres e homens têm **necessidades e aspirações distintas** no espaço urbano e possibilidades distintas de aceder aos bens e recursos da cidade.

– Uma forte razão para estas diferenças fundamenta-se na **divisão sexual do trabalho**, nos papéis distintos que mulheres e homens desempenham nas esferas privada (no âmbito do trabalho reprodutivo não remunerado) e pública (no âmbito do trabalho produtivo remunerado): os homens assumem menos que as mulheres as tarefas do âmbito privado.

› A realização das tarefas da vida quotidiana é afetada pela estrutura das cidades contemporâneas. Os serviços urbanos podem facilitar ou não o desenvolvimento dessas tarefas.



Fonte: Rodrigues et al. (2015)

› As pessoas cuidadoras veem aumentadas as dificuldades no uso da cidade, uma vez que os problemas que afetam as pessoas dependentes as afetam diretamente. À medida que melhoramos o acesso das pessoas dependentes ao espaço público e os serviços básicos, e promovemos a autonomia de crianças, jovens e idosos, estaremos a melhorar a qualidade de vida de quem lhes presta cuidados (Sánchez Madariaga, 2004).

› A fraca valorização que se dá ao trabalho associado à reprodução continua a ser uma das causas principais para que as pessoas que trabalham no âmbito do urbanismo não estejam conscientes de quais são as necessidades específicas das mulheres na cidade (Sánchez Madariaga, 2004).

Um exemplo disso são os investimentos feitos em campos de futebol, que beneficiam maioritariamente os homens jovens, ou em estradas e autoestradas, favorecendo quem mais se desloca em carro próprio, maioritariamente homens. Em contraposição encontramos, por exemplo, os investimentos em transportes públicos, que costumam ser mais contestados mas que beneficiam uma parte mais ampla e diversa da população.

(Col·lectiu Punt 6, 2014a: 12)

› Raramente se realizam estudos acerca dos efeitos de determinada intervenção em diferentes grupos e interesses da comunidade, mas em geral ignora-se a esfera reprodutiva e de cuidado às pessoas, beneficiando primordialmente a esfera do trabalho e do sexo masculino.

› A falta de referências no espaço público sobre trabalho e vida das mulheres perpetua a divisão sexual das esferas pública e privada. Atualmente, na maioria das vilas e cidades, menos de 10% dos nomes das ruas são de mulheres, sendo que em geral se trata de santas ou virgens (Hiria Kolektiboa, 2010).

› O tema do urbanismo é ainda raramente abordado sob o prisma

das relações sociais de sexo porque, tanto do ponto de vista dos eleitos como do pessoal municipal, permanece um domínio masculino. As poucas mulheres responsáveis no plano político ou administrativo sublinham a cultura sexista que domina neste meio profissional. É conhecida, no entanto, a importância de que se reveste, para facilitar ou não a vida no quotidiano, tanto a planificação dos bairros e dos serviços públicos, como a conceção que preside à construção dos grandes conjuntos habitacionais (Gaspard e Heinen, 2014).

Ambiente

Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local Artigo 28 – Ambiente

1. O signatário reconhece a sua responsabilidade na realização de um alto nível de proteção e melhoria do ambiente no seu território, inclusive através das suas políticas relativas aos resíduos, ao barulho, à qualidade do ar, à biodiversidade e ao impacto da mudança climática. Reconhece também a igualdade de direito dos homens e das mulheres a beneficiar dos seus serviços e das suas políticas em matéria ambiental.
2. O signatário reconhece ainda que, em numerosos sítios, os modos de vida das mulheres e dos homens diferem, que as mulheres e os homens distinguem-se na sua utilização que eles/elas fazem dos serviços locais ou dos espaços verdes, ou ainda que eles/elas são confrontados (as) com problemas ambientais diferentes.
3. Por conseguinte, o signatário compromete-se, no que concerne o desenvolvimento das suas políticas locais e ambientais, a dar uma importância total e igual às necessidades específicas ligadas aos respetivos modos de vida das mulheres e dos homens, bem como ao princípio de solidariedade entre gerações.

(CMRE, 2006: 30)

Em diversas conferências internacionais dedicadas ao desenvolvimento e ao ambiente, com destaque para a Agenda 21 e a Agenda 2030, foi reconhecido o papel fundamental das mulheres na sustentabilidade ambiental, por desempenharem papéis essenciais ao desenvolvimento de modelos de consumo e de produção sustentáveis e possuírem formas específicas, e muitas vezes diferenciadas das dos homens, de encarar a gestão dos recursos naturais.

- › As situações de emergência afetam mulheres de modo diverso dos homens. As mulheres, em caso de catástrofes naturais, geralmente perdem a capacidade de sustento da família; são mais vulneráveis em resultado do seu estatuto social e económico menos valorizado (pobres e sem influência política) e isto ocorre de modo particular em áreas rurais isoladas; mas durante situações de crise as mulheres podem também assumir novos papéis e responsabilidades para assegurar a sobrevivência de suas famílias (Gaspar e Queirós, 2009).
- › As alterações climáticas e os fenómenos extremos (ciclones, sismos, tsunamis, cheias e outras catástrofes naturais), contribuem para a generalizada perceção da degradação do ambiente e aumento dos níveis de pobreza, sobretudo das mulheres.
- › As mulheres continuam sub-representadas no processo de formulação de políticas e da tomada de decisão em matéria de gestão,

conservação, proteção e reabilitação dos recursos naturais. A sua experiência, capacidade de defesa e de acompanhamento da gestão adequada dos recursos naturais continuam, frequentemente, marginalizadas junto dos organismos que determinam as políticas (Gaspar e Queirós, 2009).

› É também reconhecido que as mulheres não participam em pé de igualdade na gestão das instituições financeiras e profissionais cujas decisões são as que mais afetam a qualidade do ambiente (Gaspar e Queirós, 2009).

› Os estudos do tema da conservação da natureza e da biodiversidade na perspetiva de género são praticamente inexistentes e os poucos dados estatísticos disponíveis não permitem aprofundar o conhecimento da realidade nacional. As estatísticas do ambiente produzidas pelo INE não permitem qualquer tratamento de informação ligada a estes domínios nem tão pouco existe a possibilidade de a obter desagregada por sexo.

Princípios e metodologias

Como proceder?

A perspetiva de género é determinante quando nos propomos projetar uma cidade na qual todos e todas tenhamos igualdade de direitos e oportunidades.

(Hiria Kolektiboa, 2010: 13)

› As medidas estratégicas e boas práticas de gestão urbanística e do ambiente requerem uma **abordagem holística, multidisciplinar e intersectorial** em que a participação, experiência ou a liderança das mulheres são elementos fundamentais.

› A perspetiva de género deve ser integrada na **planificação, intervenção e avaliação** das áreas do urbanismo e meio ambiente do município (ver seção Instrumentos):

– Através da obtenção e difusão de **dados desagregados por sexo** acerca da situação e necessidades nos âmbitos do urbanismo e ambiente. Isto implica a introdução da variável sexo nas ferramentas informáticas de gestão de dados gerais que existem na autarquia e em todos os estudos, diagnósticos e estatísticas que se realizam a partir das áreas do urbanismo e do ambiente.

– Através da realização de **estudos de diagnóstico** para **definição das necessidades de mulheres e homens**, incorporando as experiências de boas práticas de outros municípios e espaços, de modo a ampliar e estruturar o conhecimento nestes âmbitos.

– Através da **análise periódica (anual) das políticas municipais** de urbanismo e meio ambiente a partir de uma perspetiva de género, o que poderá ser feito criando grupos de trabalho constituídos por especialistas em políticas de urbanismo e meio ambiente, agentes de igualdade e agentes sociais com conhecimento sobre as necessidades das mulheres na área do urbanismo, com o objetivo de analisar as linhas de atuação e os

programas, planos e ação na área. O objetivo é introduzir na atuação municipal as linhas de trabalho necessárias para atender às necessidades da população a partir de uma perspectiva de género.

— Através da definição de **indicadores de qualidade no planeamento urbano**, desenho e uso de espaços públicos e privados de uso coletivo em linha com o princípio da igualdade de oportunidades. Trata-se de incorporar na planificação os elementos básicos necessários para desenvolver intervenções a partir de uma perspectiva de género, o que poderá ser feito a nível intermunicipal, através da criação de um grupo de trabalho entre vários municípios, que visa definir e especificar os indicadores.

— Através da **avaliação prévia do impacto de género**, que analise o impacto diferenciado em mulheres e homens de qualquer norma ou ato estratégico ou administrativo no domínio do urbanismo e meio ambiente, evitando deste modo potenciais discriminações indiretas.

— Através da **capacitação** do pessoal político e técnico em políticas de igualdade, para o desenvolvimento das ações de planeamento urbanístico a partir de uma perspectiva de género.

PARTICIPAÇÃO É:

Formação
Comunicação
Aprendizagem
Conhecimento
Diálogo/ debate
Consciência coletiva

PARA:

Analisar
Identificar
Refletir
Realizar crítica construtiva
Atuar
Revenir

RESULTADO:

Consenso
Espaços públicos mais vividos
Pertença coletiva ao lugar
Encontro social
Melhoria da qualidade de vida
Reforço dos vínculos entre a administração (local) e a cidadania

Fonte: Hiria Kolektiboa (2010)

› Devem ser iniciados processos de **consulta e participação** cidadã, garantindo a **participação das mulheres** e de organizações de mulheres nos processos de participação conduzidos no âmbito do urbanismo e do meio ambiente. As mulheres devem participar na **identificação das necessidades** de serviços públicos, planeamento de equipamentos e na conceção, criação e segurança de espaços públicos, em áreas rurais e urbanas.

› As pessoas que habitam os espaços rural e urbano são quem melhor os conhece, porque ali vivem, caminham, compram, jogam, cuidam, trabalham, etc. Por essa razão a sua **participação** é essencial na realização de qualquer intervenção, além de que a participação coletiva na conceção dos espaços aumenta o sentimento de pertença, de apropriação e a qualidade de vida.

3 motivos que tornam necessária a participação das mulheres na transformação do espaço em que vivemos:

O desenho, a planificação e a estrutura dos contextos em que vivemos afetam a qualidade de vida das pessoas. A participação das mulheres aporta a sua experiência e sabedoria da vida quotidiana, fonte imprescindível de conhecimento para a planificação urbana.

O urbanismo não é neutro. O espaço que habitamos reflete as dinâmicas de poder e dá prioridade e visibilidade a uns elementos sobre outros.

A participação das mulheres pode ajudar a distribuir o impacto do planeamento, para que seja mais equitativo.

Embora as mulheres constituam 51% da população mundial, a sua experiência no contexto familiar e social não gerou muito interesse no passado. A participação contribui para dar maior visibilidade às questões que preocupam as mulheres e a favorecer a compreensão das relações entre essas questões, por exemplo, segurança pessoal, cuidado de crianças, cuidado de idosos, acessibilidade e mobilidade – elementos que compõem a rotina diária da vida das mulheres.

Fonte: Col·lectiu Punt 6 (2014a)

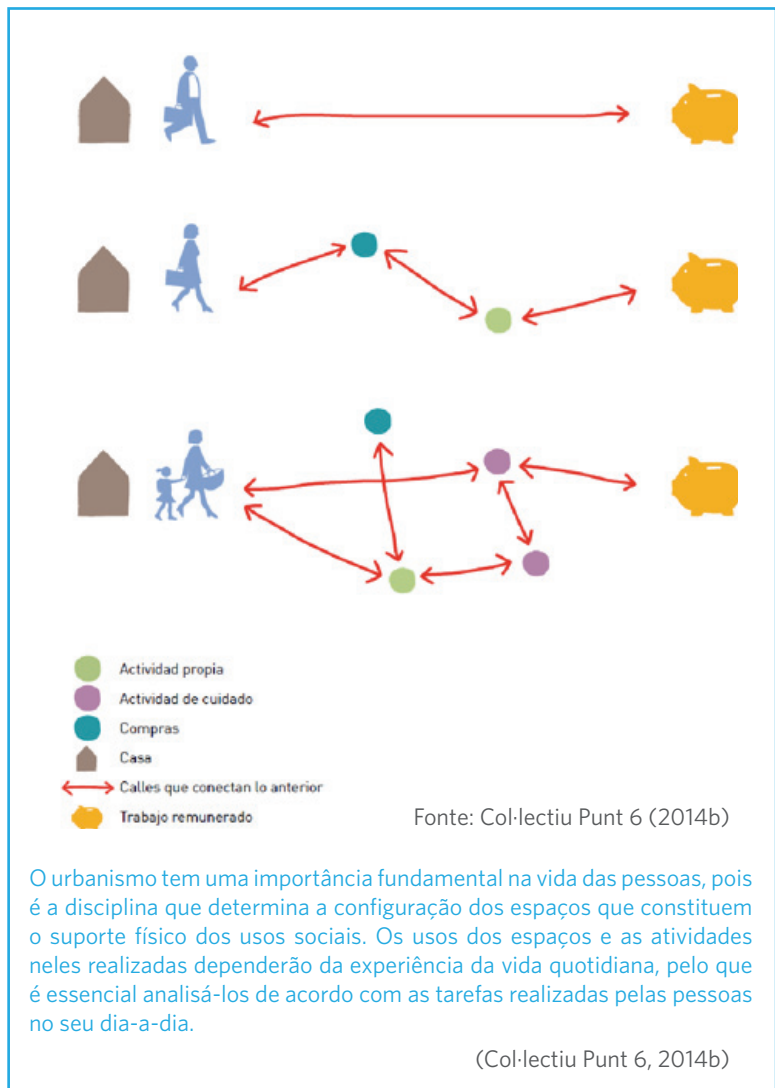
O urbanismo a partir de uma perspetiva de género visa corrigir os desequilíbrios na definição de estratégias de intervenção nas cidades, procurando uma distribuição mais equitativa dos investimentos que garanta acesso e fruição do espaço público em condições de igualdade para todas as pessoas.

(Hiria kolektiboa, 2010: 27)

› A **participação das mulheres** nos processos de planeamento é um meio valioso para identificar as necessidades de uma comunidade. As necessidades e prioridades variam entre as mulheres de áreas urbanas ou áreas rurais, mulheres com ou sem filhos/as, mulheres de diferentes idades, mulheres de diferentes origens, etc. A participação das mulheres da comunidade deve zelar e contribuir para a diversidade e diferença.

Urbanismo e habitação

› Quando falamos de Urbanismo e género, falamos de contruir cidades habitáveis, hospitaleiras, acolhedoras, calorosas e tolerantes, que permitam conciliar os ritmos individuais com os coletivos, que garantam a acessibilidade de todas as pessoas a todos os espaços e edifícios públicos, que valorize a memória histórica coletiva e que procure a sua harmonia com o seu ambiente (Hiria Kolektiboa, 2010).



› Facilitar a vida quotidiana supõe melhorar a qualidade de vida de toda a população, pelo que há que ter em conta o impacto do planeamento convencional no desenho e no uso das infraestruturas por mulheres e por homens.

Atividades realizadas em cada esfera da vida quotidiana

Esfera produtiva: Atividades relacionadas com a produção de bens e serviços, as quais normalmente supõem uma remuneração e forma de salário

Esfera reprodutiva: Atividades não remuneradas que as pessoas de uma unidade doméstica realizam para o cuidado de si mesmas, para os membros da família ou para outras pessoas. Também designadas de tarefas domésticas, estão relacionadas com a disponibilização de alojamento, alimentação, vestuário e cuidados.

Esfera individual: Atividades relacionadas com o desenvolvimento pessoal ou intelectual de cada pessoa. Encontra-se dentro da esfera da vida social, dos desportos, do lazer, do tempo livre, dos passatempos, etc.

Esfera política ou comunitária: Ação para a fundamentação e conservação da comunidade política. Cria as condições para a continuidade das gerações, para a memória e para a história. São as atividades relacionadas com a participação social, cultural e política.

Fonte: Col·lectiu Punt 6. (2014b)

- › A forma como a intervenção urbana é projetada pelo município pode apoiar ou dificultar o dia-a-dia, e até a própria segurança e convivência cívica da população. É necessário atuar sobre o desenho do espaço, o acesso aos serviços e na organização e horários dos transportes públicos.
- › Devem ser identificados e aplicados critérios de planificação e desenho da cidade destinado a facilitar a **conciliação da vida familiar, pessoal e laboral**.
- › O **desenho dos equipamentos** é essencial para facilitar os trajetos, promover a autonomia e controle do espaço, criando bairros e comunidades com vida. Isso implica a criação de uma rede de serviços de proximidade que facilite a vida diária em vez de gerar macro estruturas pouco acessíveis na periferia das cidades.
- › Deve ser reforçada a **presença simbólica de mulheres** na cidade através da atribuição de nomes femininos a ruas, praças, parques e edifícios representativos, bem como a presença de elementos escultóricos na rua, enquanto mecanismo que promove a empoderamento das mulheres.

Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local Artigo 28 – Ambiente

1. O signatário reconhece a sua responsabilidade na realização de um alto nível de proteção e melhoria do ambiente no seu território, inclusive através das suas políticas relativas aos resíduos, ao barulho, à qualidade do ar, à biodiversidade e ao impacto da mudança climática. Reconhece também a igualdade de direito dos homens e das mulheres a beneficiar dos seus serviços e das suas políticas em matéria ambiental.
2. O signatário reconhece ainda que, em numerosos sítios, os modos de vida das mulheres e dos homens diferem, que as mulheres e os homens distinguem-se na sua utilização que eles/elas fazem dos serviços locais ou dos espaços verdes, ou ainda que eles/elas são confrontados (as) com problemas ambientais diferentes.
3. Por conseguinte, o signatário compromete-se, no que concerne o desenvolvimento das suas políticas locais e ambientais, a dar uma importância total e igual às necessidades específicas ligadas aos respetivos modos de vida das mulheres e dos homens, bem como ao princípio de solidariedade entre gerações.

(CMRE, 2006: 30)

A gestão ambiental com perspectiva de género visa implementar políticas e programas para uma gestão adequada dos recursos naturais que inclua explicitamente as necessidades, prioridades e perspetivas de ambos os sexos.

- › As cidades sustentáveis garantem a recuperação e regeneração do sistema natural para satisfazer as necessidades de quem as habita e das futuras gerações. Cidades que permitem viver, cuidar, jogar, trabalhar e conviver (Hiria Kolektiboa, 2010).
- › Dever ser promovida a incorporação da perspetiva de género nas políticas e atividades de todas as instituições locais envolvidas na gestão dos recursos naturais, e garantir-se que as preocupações e experiências de mulheres e homens são efetivamente tidas em conta.
- › Deve ser promovido o reconhecimento das funções, competências e práticas diferenciadas por sexo na conservação e uso sustentável dos recursos naturais (biodiversidade, recursos hídricos, etc.), tendo em conta que essas funções variam de um lugar para outro e que mudam ao longo do tempo.
- › Dever assumir-se que as mulheres e os homens têm diferentes tipos de vulnerabilidades, estratégias e responsabilidades no que diz respeito às mudanças ambientais e à sua mitigação. As questões de género devem ser integradas na análise da vulnerabilidade e risco.
- › Deve ser fomentada a igualdade de género na gestão dos recursos naturais a nível local, particularmente na conceção e avaliação de planos de ação municipais (por exemplo, de planos municipais de ambiente).
- › Tendo as mulheres um papel particularmente relevante nas **situações de desastre natural**, a tomada de medidas de prevenção e mitigação destas eventualidades deve associar-se ao **reforço do poder das mulheres em posições de liderança**, gestão e decisão nestas matérias, de modo a promover o nivelamento com os homens em funções equivalentes (Gaspar e Queirós, 2009).

Instrumentos

A que recorrer?

Estudos de diagnóstico urbano participado

- › O desenvolvimento de um **diagnóstico exige** a coordenação entre associações e grupos de mulheres, e a equipa técnica do município, assim como o apoio de pessoas e grupos especializados em urbanismo e género. Desta forma é possível coordenar esforços e garantir que o diagnóstico resultante é considerado no planeamento e na transformação do ambiente quotidiano.
- › O diagnóstico com perspectiva de género deverá compreender as diferentes redes que as pessoas mobilizam num bairro ou lugar, fazendo uma leitura transversal das necessidades, envolvendo diferentes gerações e com particular ênfase no conhecimento diferencial de mulheres e homens.
- › Deverá articular-se a recolha de informação **quantitativa** com a aplicação de ferramentas **qualitativas**.

Informação qualitativa	Informação quantitativa
Dados sobre vivências e experiências das pessoas que vivem nos ambientes analisados	Dados demográficos, socioeconómicos, edificatórios, e outros
› Percursos de reconhecimento prévio	› Tipo e características da população desagregada por sexo
› Observação participante	› Tipo de agregados familiares
› Dinâmicas participativas	› Características do alojamento e distribuição residencial
› Entrevistas	› Existência de tecido associativo e projetos urbanísticos que afetam ou afetarão a área em estudo.



Reconhecimento realizado com mulheres moradoras. Córdoba, Argentina, 2013.

Percursos de reconhecimento

› Os percursos de reconhecimento prévio consistem na realização de caminhadas pedonais pela área em estudo, em que as pessoas estão equipadas com câmara fotográfica (para tirar fotografias que ilustrem as diferentes situações), um plano da zona e um bloco de notas para tirar apontamentos que ajudem a registar a informação. O objetivo deste primeiro reconhecimento é identificar a rede quotidiana que as pessoas que vivem no bairro usam para realizar as suas atividades do dia-a-dia e as condições em que o fazem. Para tal devem marcar-se os espaços de relação, os equipamentos quotidianos, os estabelecimentos comerciais e o transporte público que se utiliza.

Observação participante



Mapa de observação da rede quotidiana. Barrio Caraza, Buenos Aires, 2012.

› A observação participante consiste no estudo de um local concreto, que permite relacionar o uso social com o espaço físico, a fim de determinar quem, onde, como e com quem se utiliza. Devem realizar-se vários momentos de observação direta, a diferentes horas e em diferentes dias da semana, com o objetivo de permanecer no lugar o tempo suficiente para saber o que nele acontece e compreender tanto as relações sociais como as espaciais. É muito importante sistematizar toda a informação em função das pessoas que utilizam ou não o espaço (sexo, idade, origem, etc.). As observações devem ser anotadas e sempre que possível deve fazer-se registo fotográfico.

› Guião para a recolha de informação

Utentes segundo o sexo e a origem

- › O sexo e a origem das pessoas são determinados por si mesmas.

Utentes segundo grupos etários

- › Crianças
- › Jovens
- › Pessoas adultas (podem agrupar-se por grupos de idades)
- › Pessoas da terceira idade (até aos 75 anos, aproximadamente)
- › Pessoas da quarta idade (maiores de 75 anos, aproximadamente)

Modo de uso

- › Individual
- › Em casal ou grupo familiar
- › Em grupo

Usos segundo a atividade desenvolvida

- › Jogos infantis
- › Reunião
- › Passatempos
- › Passeio
- › Descanso
- › Cuidado
- › Acesso a equipamento
- › Acesso ao comércio
- › Paragem de autocarro
- › Desporto
- › Limpeza, manutenção
- › Espetáculo, festa
- › Viver na rua
- › Esperar
- › Etc.

Fonte: Adaptado de Col·lectiu Punt 6 (2014b)

Dinâmicas participativas

› As dinâmicas participativas são um conjunto de atividades que se desenrolam em colaboração com as pessoas que moram no bairro e que usam os espaços em estudo. As pessoas moradoras são as que melhor conhecem o seu ambiente quotidiano, pois é nele que vivem, passeiam, compram, jogam, cuidam, trabalham, etc. O seu conhecimento é imprescindível para conhecer a realidade.

› O objetivo é realizar uma oficina de uma hora e meia, aproximadamente (ou várias, segundo o contexto e a situação) com um grupo de pessoas do bairro que represente a diversidade do mesmo, para compreender as diferentes experiências quotidianas e o funcionamento dos distintos espaços que enquadram as atividades do dia-a-dia (bairro e rede quotidiana, espaços de relação e equipamentos quotidianos). Cada oficina deve adequar-se ao grupo e à convocatória realizada. Podem utilizar-se diferentes ferramentas para descobrir, analisar e priorizar a experiência das pessoas no seu ambiente quotidiano.¹

› **Aspetos a considerar para realizar uma oficina com moradores/as**

Participantes

› Pessoas que representam diferentes perfis da população que vive no bairro, em função do sexo, idade, diversidade funcional, origem e cultura, e que moram em diferentes zonas do bairro. Interessa extrair o testemunho de pessoas diversas, não só aquelas que estão vinculadas a associações de bairro (de comerciantes, de moradores/as, etc.), mas também pessoas de referência, como pessoas que moram no bairro há muito anos, grupos de jovens que se reúnem frequentemente no espaço a ser avaliado, uma pessoa recém-moradora recém moradora, famílias que usam as ruas para ir para a escola.

Metodologia

› Trabalhar em grupos pequenos e variados, segundo a descrição anterior, com entre cinco a dez pessoas, aproximadamente.

Fonte: Adaptado de Col·lectiu Punt 6 (2014b)

¹ Para mais informações sobre metodologias participativas, consultar Col·lectiu Punt 6 (2014a).

Entrevistas

› As entrevistas realizam-se com o objetivo de extrair informação mais detalhada sobre questões mais concretas. Podem ser conduzidos dois tipos de entrevistas: as entrevistas informais, que podem ser realizadas durante as observações, e as entrevistas estruturadas a pessoas-chave do bairro, através de marcação prévia e com uma estrutura predefinida.

› Aspectos a considerar numa entrevista

Pessoas a entrevistar

› A mesma diversidade de pessoas considerada para efeitos de realização das oficinas.

Questionário

Sobre a experiência pessoal:

- › Desenrolar da vida quotidiana
- › Espaços do bairro que utiliza
- › Valorização dos espaços do bairro

Sobre os aspetos conhecidos do bairro:

- › Bairro e vida quotidiana: atividades quotidianas que se realizam no bairro, formas de deslocação e opções de transporte público, perceção de segurança e autonomia nas ruas, convivência e usos dos espaços, aspetos favoráveis e desfavoráveis para a vida quotidiana, satisfação de necessidades, etc.
- › Espaços de relação: usos sociais do espaço, desenho do espaço, perceção de segurança, aspetos favoráveis e desfavoráveis para o uso quotidiano, satisfação das necessidades, etc.
- › Equipamento quotidiano: pessoas que o utilizam, programa e horários das atividades que oferecem em função das necessidades do bairro, desenho do edifício e sua envolvente, etc.

Fonte: Adaptado de Col·lectiu Punt 6. 2014b

Critérios para avaliação da integração da perspectiva de género no espaço urbano e gestão urbana

Espaço Urbano

PROXIMIDADE

- › Entende-se proximidade por localização próxima, no espaço e no tempo, assim como a conectividade pedonal (livre de obstáculos) dos espaços de relação, equipamentos quotidianos, paragens de transportes públicos e zonas comerciais, relativamente às zonas de habitação e entre si.
- › A proximidade é necessária para se poderem realizar as atividades quotidianas de forma efetiva, combinando as esferas pessoal, produtiva, reprodutiva e comunitária.

DIVERSIDADE

- › Consiste na mistura social, física e funcional que permite a variedade de pessoas, atividades e usos, respondendo às diferentes necessidades das pessoas em função do género, sexo, idade, diversidade funcional, origem, cultura e condição social, entre outros.
- › É fundamental que os espaços incorporem esta condição, que tenham e conta a variedade de experiências e quotidianos das pessoas e a pluralidade de necessidades que delas derivam.

AUTONOMIA

- › As pessoas gozam de autonomia quando os espaços que ocupam são percebidos como seguros, geram confiança para ser utilizados sem quaisquer restrições e quando as condições de acessibilidade são universais.
- › Quando não se considera a necessidade de autonomia das pessoas, criam-se espaços que não geram confiança por não serem acessíveis a pessoas com deficiência ou a pessoas com carrinhos infantis ou de compras; espaços que pelo seu desenho não fomentam a autonomia de pessoas idosas, dependentes ou crianças.

VITALIDADE

- › A vitalidade decorre da presença simultânea e contínua de pessoas e da densidade de atividades e usos nas ruas, espaços de relação e equipamentos, que favorecem o encontro, a socialização e a ajuda mútua entre as pessoas.
- › Há falta de vitalidade nas zonas subutilizadas, como é o caso das zonas que só são usadas em certas alturas do dia (áreas residenciais monofuncionais e de baixa densidade, zonas comerciais e empresariais), e quando falta relação entre os edifícios e a rua.

REPRESENTATIVIDADE

- › Existe representatividade quando se percebe reconhecimento e visibilidade real e simbólica de toda a comunidade, de modo que se valorize a memória, o património social e cultural com equidade e a participação das pessoas nas decisões urbanas. A falta de reconhecimento e visibilidade tanto das pessoas que fizeram parte do passado da sociedade como das que fazem parte do seu presente nos espaços públicos do bairro, em especial as mulheres que têm sido maioritariamente invisibilizadas da memória histórica e quotidiana, impede a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Gestão urbana

MULTIESCALAR	› Desde o detalhe dos espaços públicos até a leitura integral do território e nas diferentes etapas de planificação urbana, evitando a sectorização e a planificação geral
INTERDISCIPLINAR	› Aborda as diferentes áreas da administração local que incorporam os diversos conhecimentos urbanos e não apenas de arquitetura.
PARTICIPATIVA	› Garantir que a informação flui de forma bidirecional, entre moradores/as e administração local, em ambos os sentidos e independentemente de a atuação ser liderada pela comunidade ou pela autarquia.

Fonte: Adaptado de Col·lectiu Punt 6 (2014b)

Check-list para avaliação da transversalidade de género no espaço urbano e na gestão urbana

› A **check-list** abaixo constitui um instrumento de diagnóstico, monitorização e avaliação do espaço e gestão urbanos, sistematizando um conjunto de **boas práticas** que conformam **atividades e realizações associadas à integração** da perspetiva de género no urbanismo. Serve para descrever e analisar o ambiente quotidiano, ajudando a mostrar tudo aquilo que é possível saber a partir da experiência acumulada de viver num lugar. O ambiente do quotidiano define-se a partir de múltiplos elementos físicos e sociais que se cruzam entre si.

— Para facilitar a sua descrição e compreensão, a *check-list* encontra-se estruturada em quatro âmbitos: participação, espaços de relação, equipamentos e serviços, e habitação. Os três últimos definem o suporte físico onde são conduzidas as atividades quotidianas, enquanto o primeiro é um conceito transversal a todo o suporte físico que respeita ao processo de gestão urbana.

1. Participação

› 1.1. REPRESENTATIVIDADE

1.1.1. Geral

Documentar todo o conhecimento que uma comunidade acumula sobre o seu próprio território através de técnicas qualitativas e quantitativas de recolha de dados em complemento da informação secundária.

Sim Não

Entrevistam-se diferentes pessoas do território para conhecer as suas necessidades?

Realizam-se observações para saber como se usam os diferentes espaços do território?

Realizam-se oficinas/focus groups onde estão representados todos os grupos sociais segundo o sexo, idade e etnia?

Realizam-se pesquisas para obter informação não disponível em dados estatísticos?

Facilitar a possibilidade de participação em diferentes dias e horários, além de proporcionar serviços a pessoas que têm familiares a cargo

Realizam-se consultas prévias para saber da disponibilidade das pessoas com diferentes perfis e assegurar-se que podem participar?

Realizam-se atividades em diferentes dias e horários para incentivar a participação?

Oferece-se um serviço de guarda ou ATL para crianças de diferentes idades?

Garante-se o acesso à atividade por parte de todas as pessoas mediante disponibilidade de transporte público e acompanhamento de pessoas com mobilidade reduzida?

Oferecem-se outros serviços de apoio à participação?

Informa-se através de diferentes meios e canais, e com suficiente antecedência, sobre todos os serviços oferecidos para facilitar a participação?

1.1.2 Género

Valorizar a experiência de mulheres e homens sobre aspetos da vida quotidiana e dar, assim, visibilidade às tarefas reprodutivas e a sua relação com aspetos urbanos de espaços públicos, equipamentos, habitação e mobilidade.

Realizam-se oficinas/focus groups segregadas por sexo para dar voz à experiência das mulheres sobre o uso quotidiano do espaço?

Sim Não

Tem-se em conta as atividades relacionadas com a esfera reprodutiva quando são feitas as propostas?

Trabalha-se de forma setorial e conjunta com as diferentes experiências de mulheres e de homens para se chegar a um consenso?

1.1.3 Idade

Incluir crianças e jovens nos processos de opinião e de decisão sobre o ambiente quotidiano

Realizam-se oficinas/*focus groups* e consultas com cada um destes grupos?

Incluir pessoas idosas nos processos de opinião e de decisão sobre os seus ambientes do quotidiano.

Realizam-se oficinas/*focus groups* e consultas com este grupo?

1.1.4 Diversidade de origens

Incluir pessoas de diferentes origens nos processos de opinião e decisão sobre os seus ambientes quotidianos.

Realizam-se oficinas/*focus groups* e consultas com estes grupos?

› 1.2 DIFERENTES ETAPAS DO PLANEAMENTO

1.2.1 Geral

Deve ser um processo transdisciplinar e transversal a diferentes atores (autarquia, equipa técnica e comunidade), em todos os momentos, desde o diagnóstico até à avaliação.

Sim Não

Estiveram implicados diferentes agentes (autarquia, equipas técnicas e comunidade) ao mesmo tempo?

Utilizam-se metodologias participativas?

Existem outros planos ou programas de carácter social que se trabalhem em paralelo (plano para a igualdade, plano comunitário, programa de dinamização de jovens, etc.)?

Sim Não

As decisões tomadas no processo de participação são vinculativas?

Têm-se em conta as conclusões e recomendações derivadas do processo de participação?

Dá-se a mesma prioridade a pessoas idosas, adultas, jovens, crianças, sejam mulheres ou homens, e independentemente da sua etnia ou classe?

1.2.2 Diagnóstico

As necessidades em matéria de espaço público, equipamentos ou habitação são incluídas no diagnóstico e têm que ser o resultado do trabalho do pessoal técnico em articulação com a população.

Considera-se que as pessoas participantes têm informação e ferramentas suficientes para levar a cabo a participação?

1.2.3 Propostas

As propostas sobre o espaço público, equipamentos e habitação são obtidas através do trabalho do pessoal técnico com a população.

Há participação durante todo o processo de conceção do espaço urbano e/ou equipamentos, desde o arranque das iniciativas até à sua avaliação?

1.2.4 Monitorização e avaliação

Avaliar o processo e os resultados com o conjunto da população e, especialmente, com quem utiliza os espaços e os equipamentos.

Sim Não

Realiza-se uma avaliação do processo de participação?

Realizam-se observações dos espaços e dos equipamentos mediante utilização de técnicas qualitativas para saber-se como estão a ser usados?

Têm-se em conta nas oficinas e consultas todas as pessoas envolvidas no ambiente quotidiano destes espaços e equipamentos?

Têm-se em conta não só aquelas que os utilizam mas também aquelas que não os utilizam?

Uma vez realizada a avaliação, é elaborada uma informação pública que permita às pessoas compreender claramente as suas relações com o ambiente?

Sim Não

Realiza-se uma monitorização das ações, com periodicidade, para acompanhar as mudanças que podem surgir e, desse modo, reorientar as intervenções?

Partilham-se e discutem-se todos estes resultados (monitorização e avaliação) com o pessoal técnico das diferentes áreas envolvidas, tanto da autarquia como das equipas externas, a fim de identificar os elementos a melhorar e potenciar as próximas atuações?

2. Espaço público: espaço de relação e socialização

› 2.1 ESPAÇOS DE RELAÇÃO

2.1.1 Geral

Favorecer a autonomia e a socialização das pessoas

Sim Não

Os materiais utilizados nos diferentes espaços são os mais adequados para cada uso?

Há espaços suficientes onde as crianças de diferentes idades podem brincar em segurança?

Há espaços suficientes onde as crianças de diferentes idades podem deslocar-se em segurança, por exemplo, caminhos escolares ou passagens pedonais com visibilidade melhorada?

Permitir o uso e a apropriação por parte de diferentes grupos tendo em conta as tarefas relacionadas com o cuidado da casa e das pessoas.

Há espaços de relação intergeracional e intercultural?

Os espaços de jogo e de recreio estão próximos das atividades quotidianas das crianças (escolas, desportos, etc.)

Há que criar uma rede de proximidade com outros espaços, equipamentos e serviços?

Os parques e as praças com espaços de jogo e recreio estão distribuídos homogeneamente de maneira a que se encontrem a uma distância não superior a 500 metros ou 10 minutos a pé da zona de habitação?

Em caso de não ser viável a deslocação a pé, existe transporte público que facilite os fluxos quotidianos?

Existem espaços para reunião, recreação, conversa, etc., perto da zona de habitação?

2.1.2 Rua

As calçadas devem permitir a realização de diferentes atividades, não devendo ser consideradas apenas espaços de circulação de fluxos.

Sim Não

As calçadas são amplas?

Dá-se prioridade às ruas da rede de espaços públicos, equipamentos e serviços às pessoas que se movem a pé?

É possível sentar, reunir, conversar e jogar nas ruas do bairro/urbanização?

2.1.3 Praças-parques

Devem ter um desenho flexível com o objetivo de favorecer diferentes usos e atividades num mesmo espaço.

Os parques infantis contemplam áreas para diferentes idades?

Os espaços estão equipados para as pessoas cuidadoras (por exemplo, têm bancos e sombras)?

Existem espaços de encontro e atividade para jovens?

Existem espaços de estada tranquila que permitam falar, ler e descansar?

Existem espaços de lazer para mulheres e homens de diferentes idades?

2.1.4 Espaço indeterminado

Deve prestar-se atenção à existência de outros espaços de relação que não os convencionais, tais como a praça, o parque e a rua.

Utilizam-se outros espaços do bairro/povoação, como sejam espaços intermédios, espaços abandonados, acessos a zonas comerciais e/ou equipamentos, como espaços de relação?

2.1.5 Espaço intermédio

Gerar espaços intermédios de relação, entre os edifícios e o espaço público, pelo seu valor de proximidade.

Cuidam-se e mantêm-se esses espaços?

São espaços de boa visibilidade e iluminação adequada?

› 2.2 MOBILIÁRIO URBANO E SERVIÇOS

2.2.1 Instalações

A conceção e localização dos recursos no espaço deverá facilitar e melhorar os usos e atividades de forma igualitária.

Sim Não

Os materiais usados nas diferentes componentes do mobiliário urbano são agradáveis e adequados em termos do seu uso e conservação?

E estão dispostos corretamente?

Existem sanitários públicos para todas e todos?

Encontram-se próximos dos espaços de relação?

Há bancos suficientes nos espaços de encontro e de descanso que favoreçam o acesso das pessoas?

Encontram-se em espaços com sombra e em espaços com sol?

Sim Não

Contentores: O sistema de recolha de resíduos tem em conta todas as pessoas utilizadoras (localização, ergonomia, altura, as distâncias entre contentores, etc.)?

A iluminação é adequada ao uso por todas as pessoas?

A iluminação da rua e da calçada é diferenciada?

É feita manutenção para evitar a obstrução por árvores ou outros elementos?

É uma iluminação sem zonas de sombras ou com luz excessiva?

Existem árvores e vegetação que propiciem zonas de sol no inverno e zonas de sombra no verão?

Existem árvores e vegetação apropriadas nos espaços de relação que permitam às pessoas desfrutar da natureza?

Os arbustos servem o propósito de separação funcional sem impedir a visibilidade?

Sim Não

Espaços de espera dos transportes públicos ou equipamentos (escolares, sanitários, administrativos, etc.): Existem bancos, um resguardo transparente para abrigo das intempéries, informação sobre horários e um mapa com serviços e equipamentos da zona?

Informação nas ruas: Há mapas orientadores nas ruas?

Em caso de ruas com escolas, indica-se um caminho alternativo sem barreiras?

Indicam os serviços próximos e estão pensadas para o dia-a-dia, e não apenas para turistas?

2.2.2 Saúde e perceção da segurança

O desenho e a colocação de elementos no espaço devem facilitar e potenciar os usos e as atividades de maneira igualitária.

Existem elementos que podem prejudicar a vida das pessoas, como antenas telefónicas, etc.?

Existem elementos que podem transmitir insegurança, como transformadores elétricos, etc.?

› 2.3 REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA

2.3.1 Memória

Reconhecimento da memória da comunidade e especialmente das tarefas realizadas por mulheres, até agora invisibilizadas.

Sim Não

Está representada a diversidade social (incluídas as mulheres) na nomenclatura das ruas, praças do bairro ou cidade?

Existem representações ou exposições sobre a história do bairro/município que façam referência a toda a comunidade e que reconheçam também o trabalho realizado pelas mulheres?

Existem obras de arte no espaço público que transmitam valores de igualdade na sociedade?

› 2.4 SINALIZAÇÃO

2.4.1 Sinalização

Os sinais dos espaços públicos, equipamentos e serviços devem representar homens e mulheres em igualdade de condições.

Sim **Não**

Os pictogramas que representam a figura humana mostram, por igual, mulheres e homens (por exemplo, os sinais de trânsito, os sinais de obras provisórias, os semáforos)?

Utiliza-se linguagem não sexista nas indicações de ruas, isto é, utilizam-se genéricos (por exemplo, “cidadania” em vez de “cidadão”)?

Quando se representam duas figuras – mulher e homem – no mesmo sinal, estão em igualdade de circunstâncias? Por exemplo, em sinais de zona escolar, em geral, encontra-se um menino maior e uma menina menor e por isso dá-se mais importância a uma figura do que a outra.

3. Equipamentos e outros serviços

› 3.1 GERAL

3.1.1 Rede

Rede de equipamentos e serviços que se entrecruzam no espaço público, distribuídos no território em articulação com os usos e as redes de mobilidade, para fomentar as redes sociais tendo em conta a complexidade da vida quotidiana.

Sim **Não**

Os equipamentos e serviços estão situados em redes de mobilidade pedonal e de transporte público?

Existe uma rede de relações que favoreça a proximidade entre habitações, equipamentos e serviços?

› 3.2 RECURSOS

3.2.1 Oferta de programas e horários

A oferta de equipamentos vê-se necessariamente ampliada quando a sociedade onde se inscreve reconhece, assume e valoriza os trabalhos quotidianos e as tarefas associadas à divisão dos papéis de género.

Sim Não

Todos os equipamentos e serviços públicos são acessíveis a todas as pessoas, sem qualquer exclusão (sexo, idade, classe, etnia, pessoas com deficiência, cultura ou religião)?

As atividades e programas propostos nos equipamentos de lazer (cultura, desporto, etc.) garantem um uso igualitário por parte de homens e mulheres?

Existem equipamentos e serviços para atender às necessidades de diferentes pessoas e às diferentes atividades da vida quotidiana, tanto as ligadas à reprodução como à produção?

Os horários dos equipamentos ajustam-se às necessidades da vida quotidiana de todas e todos?

Criam-se equipamentos e serviços que favoreçam as tarefas de reprodução e de cuidado de pessoas (creches públicas suficientes, ATL, etc.)?

Existem iniciativas de incentivo ao uso diverso dos equipamentos ao longo do dia, e não exclusivamente num determinado horário (por exemplo, abertura do pátios das escolas fora dos horários escolares)?

Existem equipamentos que acomodam diferentes serviços compatibilizando diferentes usos simultâneos?

3.2.2 Relações do edifício com o meio

Os edifícios destinados a equipamentos devem estar vocacionados para a cidade e interagir fisicamente com o ambiente de modo que sejam capazes de gerar atividade e vida na rua.

Sim Não

São disponibilizados sanitários públicos acessíveis a todas as pessoas?

Tem-se em conta, na relação entre equipamento e espaço público, aspetos como a iluminação, acessibilidade, visibilidade e uso de materiais apropriados para cada elemento que o compõe?

Existe uma zona de espera ampla, segura e livre de carros à porta das escolas, adequada para todas as pessoas (largura da zona de espera, bancos e entretenimento suficientes, etc.)?

› 3.3 COMÉRCIO

3.3.1 Oferta variada e de proximidade

O comércio próximo e variado é um dos suportes da vida quotidiana e social de um bairro; é necessário potenciá-lo e estimulá-lo para evitar a deslocação para fora do bairro para o abastecimento de produtos básicos.

Sim Não

Promovem-se e apoiam-se características diversas para o comércio de proximidade no bairro/povoação?

Existem mercados ou redes de comércio no bairro ou povoação suficientes para cobrir as necessidades das pessoas?

Existem acessos para veículos e para peões acessíveis a todas as pessoas?

Promovem-se mercados ou feiras municipais diários ou semanais com pessoas produtoras da zona?

Promove-se, através de iniciativas diversas, a compra nos mercados (ampliação ou mudança de horários para que se ajustem a todas as pessoas, campanhas promocionais, eventos especiais, etc.)?

4. Habitação

› 4.1. DIREITO À HABITAÇÃO

4.1.1 Viver no bairro

As pessoas moradoras do bairro devem ter o direito de receber ajuda para lá permanecerem em caso de dificuldades, como o assédio imobiliário (*mobbing*), a falta de recursos para se emanciparem ou problemas familiares, como maus-tratos ou abandono.

Sim Não

Existem políticas e ações concretas de habitação que abranjam o bairro ou cidade para atender às necessidades das pessoas que lá vivem?

Existe uma política especial de reabilitação e adaptação de casas antigas para melhorar a sua habitabilidade?

É facilitado o acesso ao crédito ou apoio especial para grupos com dificuldades (jovens, mulheres, pessoas idosas, pessoas em risco de exclusão, etc.)?

Sim Não

Existe um parque de habitação para arrendamento a preços acessíveis para jovens, famílias monoparentais, mulheres solteiras ou pessoas idosas?

São propostas outras soluções para resolver o acesso à habitação, como cooperativas de mulheres, contratos de cedência de uso de habitações, etc.?

› 4.2 LOCALIZAÇÃO

4.2.1 Relações quotidianas

Para facilitar a gestão das tarefas diárias, a localização das habitações deve estar articulada e próxima dos equipamentos e comércio básicos, bem como dos meios de transporte público que as conectem com os restantes serviços.

Sim Não

O alojamento está localizado num ambiente que permita o desenrolar da vida quotidiana, tanto das tarefas relacionadas com o cuidado da casa e de pessoas como de lazer e trabalho?

Encontram-se a menos de 10 minutos a pé lojas de comércio de primeira necessidade, como farmácia, mercearia ou produtos alimentares?

Sim Não

Encontram-se a menos de 10 minutos a pé equipamentos de uso quotidiano como centros educativos, culturais e sociais.

Encontram-se a menos de 10 minutos a pé ou em transporte público as zonas de trabalho remunerado (escritórios, oficinas, fábricas, etc.)?

4.2.2 Serviços

É necessário apetrechar os edifícios das habitações para gerar espaços de relação entre moradores/as, e propor usos partilhados dos serviços para conseguir poupança económica e energética.

Existem espaços comunitários destinados a usos da iniciativa de moradores e moradoras?

Sim Não

Se o edifício tem um telhado plano, está pensado para ser comunitário e acolher atividades lúdicas ou de serviços?

Têm lugar no edifício outras atividades além das residenciais?

Sim Não

Existe um espaço disponível para armazenamento de carrinhos infantis, carrinhos de compras, bicicletas ou outros artigos espaçosos que se utilizam na vida quotidiana?

4.2.3 Espaços intermédios

Os espaços de transição entre espaços privados e públicos favorecem as relações entre pessoas, uma vez que geram zonas de relação quotidiana, próximas e seguras.

O edifício dispõe de um acesso visível, claro e bem iluminado?

Existem dentro do edifício ou nas suas imediações espaços que sirvam para as pessoas moradoras se relacionarem?

Os espaços de passagem do edifício, como entradas, corredores e patamares, são suficientemente espaçosos para permitirem o seu uso pelas crianças como lugar de encontro e jogo?

› 4.3 ESPAÇOS PRIVADOS

4.3.1 Valores sociais dos espaços

Uma sociedade que reconheça a importância do lugar e das pessoas gera um espaço adequado para estas tarefas, no pressuposto de que não têm que ser escondidas, mas de que devem ser responsabilidades partilhadas.

Sim Não

As habitações dispõem de espaços específicos para as tarefas domésticas (cozinhar, lavar, estender e armazenar roupa, comer, etc.)?

Os espaços dedicados às tarefas domésticas como cozinhar, lavar ou cuidar estão articulados com as outras divisões da casa?

Não estando disponíveis no interior da habitação, o edifício tem espaços comunitários que atendam à gestão quotidiana (local para pendurar roupa, áreas de lazer para crianças, etc.)?

4.3.2 Famílias diversas e ciclos de vida

Existem diferentes tipos de habitação no mesmo edifício e no bairro de acordo com os diferentes tipos de famílias?

As casas estão preparadas para se adaptar aos diferentes ciclos da vida (juventude, velhice, etc.)?

Fonte: Adaptado de Col·lectiu Punt 6 (2014a).

Indicadores de género no ambiente e urbanismo

› Sugerem-se um conjunto de indicadores – de realização e resultado – que permitirão conhecer a situação específica da igualdade de género nos domínios do urbanismo e ambiente, bem como medir as alterações desta condição ao longo do tempo.

	Fonte
Informação estatística disponível a nível concelhio	
Consumo de energia elétrica por habitante (kWh)	PORDATA, Números dos municípios e regiões de Portugal
Informação estatística a recolher/produzir pela autarquia	
Práticas de reciclagem, segundo o sexo e a idade	Autarquia (inquérito)
Consciência ambiental, segundo o sexo	Autarquia (inquérito)
Ações de formação sobre práticas de consumo sustentável	A criar pela autarquia
Nº de pessoas abrangidas por ações de formação sobre práticas de consumo sustentáveis/responsáveis, segundo o sexo	A criar pela autarquia
Compra de alimentos biológicos, segundo o sexo e a idade	Autarquia (inquérito)
Compra de outros produtos biológicos (detergentes, de higiene pessoal), segundo o sexo e a idade	A criar pela autarquia
Preocupações com os gastos de água, segundo o sexo	Autarquia (inquérito)
Preocupações com os gastos de eletricidade, segundo sexo	Autarquia (inquérito)
Vigilantes florestais, por sexo	INE
Trabalhadores/nas na área do ambiente, segundo o sexo e o cargo	INE
Ações de formação sobre IG na área do ambiente, por tipo de ação	A criar pela autarquia
Nº de pessoas abrangidas por ações de formação sobre igualdade de género (na área do ambiente, segundo o sexo	A criar pela autarquia

Nº de funcionários/as na área do ambiente abrangidos/as por ações de formação sobre igualdade de género, segundo o sexo e o cargo	A criar pela autarquia
Ações de formação sobre incorporação da perspetiva de género nas políticas de ambiente	A criar pela autarquia
Nº de técnicos/as e dirigentes abrangidos/as por ações de formação sobre incorporação da perspetiva de género nas políticas de ambiente, segundo o sexo e o cargo	A criar pela autarquia
Trabalhadores/as na área do urbanismo, segundo o sexo e o cargo	Autarquia
Nº de funcionários/as na área do urbanismo abrangidos/as por ações de formação sobre igualdade de género, segundo o sexo e o cargo	Autarquia
Ações de formação sobre incorporação da perspetiva de género nas políticas de urbanismo	Autarquia
Nº de técnicos/as e dirigentes abrangidos/as por ações de formação sobre incorporação da perspetiva de género nas políticas de urbanismo, segundo o sexo e o cargo	Autarquia
Nº e % de espaços verdes por freguesia (km²)	A solicitar a juntas de freguesia
Nº de parques por freguesia	A solicitar a juntas de freguesia
Área de parques per capita por freguesia	A solicitar a juntas de freguesia
Ações de promoção de contacto com a natureza, por tipo de ação, entidade promotora e de destinatários/as	A criar pela autarquia
Nº de pessoas abrangidas por ações de promoção de contato com a natureza, segundo o sexo	A criar pela autarquia
N.º de hortas comunitárias, segundo o sexo do/a beneficiário/a	Autarquia
Rácio Homens/Mulheres afetadas por problemas de poluição ambiental	MS
Rácio Homens/Mulheres nas doenças de origem ambiental (asma, rinite alérgica, etc.)	MS
Incidência por sexo dos danos causados por acidentes naturais e ambientais	MS
N.º de mulheres com intervenção em consultas públicas de projetos e planos municipais	Autarquia
N.º de mulheres em instituições municipais com funções de decisão no ordenamento do território, no planeamento urbano e no ambiente	Autarquia

Com quem?

Câmara Municipal - divisão do urbanismo:

- › Planeamento urbano (desenho, regulamentos, habitação)
- › Reabilitação urbana (estratégias, incentivos, programas, ...)
- › Espaço Público (acessibilidades, etc)
- › Outros Projetos e Obras
- › Licenciamentos
- › Serviços (água, saneamento, serviços de emergência, etc.);

Câmara Municipal - divisão do ambiente:

- › Água, Ar, ruído
- › Biodiversidade
- › Educação Ambiental
- › Parques Hortícolas Municipais
- › Parques Infantis
- › Parques e Jardins

Outros:

- › Juntas de freguesia;
 - › Cidadania (organizações comunitárias, grupos de cidadãos/ãs, grupos cívicos, associações de moradores/as, etc.);
 - › Mulheres e homens residentes (assegurar a representação diversa – pessoas com deficiência, pessoas idosas, jovens, crianças, imigrantes, etc.);
 - › Grupos interessados na natureza e no território (grupos ambientalistas e de conservação da natureza, agricultores/as, silvicultores/as, etc.);
 - › Organizações de mulheres e de promoção da igualdade de género;
 - › Representantes de associações empresariais;
 - › Investigadores/as e académicos/as.
 - › Meios de comunicação social locais, regionais e nacionais;
-

Boas práticas

Que exemplos?

Recolha de informação e produção de dados

Urbanismo

- › Conduzir estudos para analisar formas de melhorar e acessibilidade e segurança das mulheres a nível urbanístico.
- › Promover estudos sobre a possibilidade e os efeitos da flexibilização de horários comerciais e dos serviços públicos básicos, proporcionando horários alternativos mais tardios, a fim de facilitar a corresponsabilidade de todos os membros da família na gestão e realização das tarefas quotidianas.

Ambiente

- › Identificar a construção de papéis de género no uso e consumo doméstico e noutros usos dos recursos naturais.
- › Promover estudos sobre a perceção e o papel das mulheres na utilização e gestão de recursos naturais estratégicos como os solos, as águas e as energias renováveis.
- › Empoderamento das mulheres e criação de parcerias estratégicas
- › Incentivar a **participação de mulheres e suas organizações** nos processos urbanos e ambientais, podendo ser consideradas diferentes estratégias/ferramentas, entre elas:

Dicas úteis:

As oficinas sectoriais (com mulheres) são fundamentais para a capacitação e para a preparação da participação mais ampla que inclua a diversidade de sexo, idade, género, etnia, etc.

É necessário dar continuidade às expectativas criadas através de oficinas de fortalecimento de participação cidadã e valorizar o conhecimento que vem da vida cotidiana.

Algumas iniciativas podem ser agendadas em dias feriado, enquadradas num conjunto de atividades destinadas a um público amplo, permitindo alcançar maior impacto.

_ Definir agendas de trabalho que prevejam a participação de mulheres e suas organizações nos conselhos sectoriais de planeamento urbano e ambiente;

_ Desenvolver estratégias específicas de aproximação das associações de mulheres à informação sobre os processos que se articulam para a revisão dos planos estratégicos de desenvolvimento urbano.

_ Articular ferramentas, como caixas de sugestões, em pontos de atenção ao público municipal.

_ Organizar reuniões de carácter mais ou menos regular em diferentes tipos de fóruns (conselhos municipais, etc.) para recolher e analisar as necessidades expressas pelas mulheres.

_ Facilitar a comunicação através da realização de reuniões entre os grupos de mulheres e quem trabalha no campo do ambiente, a sustentabilidade, etc.

› Desenvolver ações de empoderamento/formação a mulheres e suas organizações sobre urbanismo e ambiente para as dotar de ferramentas para se envolverem em processos participativos.

Workshop “ A participação das mulheres na construção da cidade”

Esta atividade é uma das 84 oficinas de capacitação realizadas na Catalunha no âmbito do programa “Ferramentas de Participação” 2005-2010 do Institut Català de les Dones. “A participação das mulheres na construção da cidade” foi um recurso de formação gratuito para potenciar o fortalecimento das organizações de mulheres, a criação de redes entre elas e aumentar a sua participação social e política no âmbito urbano.

A atividade foi impulsionada pela Técnica de Igualdade do município para encorajar as participantes a fazer as suas contribuições para o Plano de Ordenamento do Território, antes de finalizar o período de consulta pública.

Participaram na atividade, que durou 3 horas, 20 mulheres com idade e situação profissional semelhante, a Técnica de Igualdade da autarquia e uma equipa de dinamizadoras da atividade.

Esta iniciativa serviu para incentivar o diálogo entre os diferentes departamentos do município e dar segurança às mulheres para expressar a sua experiência do ambiente em que vivem. A metodologia da oficina valoriza a experiência individual e recolhe e amplia coletivamente os argumentos e acordos necessários para elaborar propostas.

Ambiente

- › Estimular a formação de **redes** entre entidades públicas locais, ONGA, ONGM e outras organizações de base local, que trabalham no domínio dos riscos ambientais.
- › Proporcionar o empreendedorismo feminino e **assistência técnica às mulheres** nos sectores agrícola, silvícola, pescas, comércio e indústria, nas áreas das tecnologias limpas e associadas à utilização dos recursos naturais.



A autarquia de Póvoa de Lanhoso presta apoio a agricultores e agricultoras já certificados em Modo Biológico no Concelho. Este apoio é prestado ao nível técnico na área vegetal e animal.

Desde 2009 que a CM dinamiza e apoia ao nível de controlo técnico e certificação de cozinha para transformação de produtos (Ex. Compotas biológicas). Esta foi uma medida de apoio inovadora no Concelho.

(www.mun-planhoso.pt)

- › Promover o empreendedorismo feminino na criação de **empresas locais ambientalmente responsáveis** que valorizem o conhecimento popular (por exemplo, produtos de azeite, turismo rural sustentável, etc.).
- › Valorizar os conhecimentos, práticas e experiências de mulheres que favoreçam a sustentabilidade e promovam a conservação ambiental.
- › Organizar eventos do tipo Feiras de Mulheres Empreendedoras em empresas que tenham relação com o artesanato e meio ambiente.
- › Fomentar a **participação de mulheres** nos processo/fóruns da Agenda 2030.

Igualdade de género nas práticas autárquicas e na prestação de serviços à comunidade

- › Garantir mecanismos de aplicação, a nível local, da **Agenda Habitat** no que respeita à integração da perspectiva de género no desenvolvimento urbano (compromisso D da Agenda Habitat II) (ver caixa Nova Agenda Urbana).

Nova Agenda Urbana



A necessidade de refletir sobre o tema da habitação e desenvolvimento urbano suscitou a realização das conferências HABITAT da Organização das Nações Unidas (ONU). Enquanto membro da ONU, Portugal participou nas conferências HABITAT I e HABITAT II e, nesse âmbito, apresentou contributos e desenvolveu trabalhos concorrentes para o alcance dos compromissos assumidos naquelas conferências. Com o HABITAT III (a realizar em Outubro de 2016) pretende-se debater um conjunto de problemas e desafios que se colocam em matéria de habitação e desenvolvimento urbano sustentável e coligar políticas e estratégias que possam contribuir para a resolução desses problemas e que, simultaneamente, ofereçam respostas aos novos desafios relacionados com iniquidades, a distribuição da riqueza, a pobreza urbana, urbanização espontânea, etc.. O resultado dessa reflexão deverá consubstanciar-se numa Nova Agenda Urbana para o século XXI, renovando o compromisso político em direção à habitação condigna e ao desenvolvimento urbano sustentável.

(<http://habitatiii.dgterritorio.pt/>)

Urbanismo e habitação

› Elaborar planos de ordenamento do território que contem com a **participação da população** (contemplando a **diversidade** que a compõe: infância, adolescência, homens e mulheres, pessoas idosas, pessoas com incapacidade, imigrantes ou pessoas com diferente origem cultural, ...).

_ Organizar **fóruns de discussão** para reunir as apreensões da população do concelho sobre o planeamento urbano.



No âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal em curso no Município de Lagoa realizou-se o Plano de Desenvolvimento Estratégico que constituiu a 1ª parte do PDM e que contou com a realização de 8 fóruns de participação pública e reuniões com as Juntas de Freguesia.

Participantes nos fóruns:

- Cidadãos e cidadãs individuais e em representação de...
- . Associações, Coletividades e Tecido Empresarial do Concelho
- . Partidos CDU e BE com assento na Assembleia Municipal de Lagoa
- . Partido PSD com assento na Assembleia Municipal de Lagoa
- . Partido PS com assento na Assembleia Municipal de Lagoa
- . Comunidade estrangeira residente no concelho.
- Técnicos do Município de Lagoa residentes e não residentes no concelho de todas as áreas de trabalho do Município.
- Professores e alunos da Escola Secundária Pública do concelho.

N.º total de participantes: 145.

(<http://www.cm-lagoa.pt/>)



› Na Câmara Municipal de Pombal, para além da consulta pública, é feita auscultação e recolha de informação relativamente às obras junto das pessoas que delas irão usufruir. (<http://www.cm-pombal.pt/>)

› Definir critério da **obrigatoriedade** do envolvimento de **especialistas em género** no planeamento e intervenção urbanística.

› Dinamizar propostas de **planeamento urbano para a igualdade** desenhadas por grupos de arquitetos e engenheiros urbanistas.

Na suécia, a maioria política dos municípios de Växjö e de Jönköping decidiu, no seguimento de um aumento de mulheres na política em 1994, nomear mulheres para presidir comissões ditas «técnicas», antes disso totalmente dominadas por homens. A decisão de colocar mulheres com experiência de outros sectores da política foi tomada com o objetivo de romper com o olhar «tecnocrático» que prevalecia nos domínios do urbanismo, dos transportes e da segurança pública.

A primeira Presidente da Comissão Urbanística de Jönköping levou a cabo um grande projeto de renovação urbana em concertação com os cidadãos. Esse projeto compreendeu a criação de novos espaços públicos de convívio concebidos de modo a serem atraentes e seguros para todos – de qualquer idade, origem étnica, sexo, capacidade física, etc. Isso implicou atuar no domínio da iluminação pública, dos transportes públicos e privados, da estética da cidade, e inclusive da responsabilidade de proprietários de restaurantes e bares noturnos quanto ao que se passa em frente dos seus estabelecimentos, etc.

Contactos : stadsbyggnad@sbk.jonkoping.se

Projeto "Aqui agora jogamos tod@s"



Aqui agora jogamos tod@s é um projeto dinamizado por um estúdio de arquitetura em Espanha, e tem por objetivo promover a participação cidadã e o compromisso com o espaço público por meio da reutilização urbana/democratização dos campos de futebol. Trata-se de abrir os campos a toda a população e incorporá-los na rede de espaços livres, sem com isso anular o seu uso desportivo, mas evitando a setorização e uso exclusivista dos mesmos, abrindo-o a outros usos, desportivos e sociais, desde jogos em geral, até reuniões comunitárias, cinema ao ar livre ou aulas de dança.

(<https://jawestudio.wordpress.com/>)

› Apostar na criação de grupos multidisciplinares de profissionais nas autarquias locais que participem no planeamento urbano, reforçando a presença de mulheres neste grupos, particularmente em posições de liderança (onde estão sub-representadas).

› Desenvolver planos municipais de organização dos tempos da cidade que incluam estratégias para melhorar a mobilidade e a acessibilidade urbanística e informativa.

› Criar **fundos documentais** sobre temáticas relacionadas com género e urbanismo, habitação e ambiente, o que poderá ser feito a nível municipal (em municípios com mais recursos) ou inter municípios (em municípios com menos recursos).



Em Itália, vários municípios, sobretudo em Veneto, lançaram nos últimos anos projetos inovadores em matéria de urbanismo, mais especificamente projetos relativos às políticas da «cidade à escala das crianças» e, de maneira mais geral, relativos à criação de espaços verdes, passagens reservadas a peões, parques públicos, ciclovias, etc. Estas políticas favoreceram as mulheres não apenas nas tarefas de cuidar das crianças, de pessoas idosas ou dependentes, mas também na necessidade de dispor de espaços públicos para si mesmas. Pensar a cidade a outra escala que não apenas a dos «trabalhadores» ou «cidadãos» concebidos como neutros, permite encontrar mais facilmente soluções de urbanismo que refletem as necessidades de todas as pessoas.

(www.comune.venezia.it/legambiente/home.asp)

› Criar **brochuras** (ou outras estratégias ou ferramentas de comunicação) sobre a implicação de processos urbanos e ambientais na vida das pessoas, com o objeto promover, de forma indireta, a participação das mulheres e dos homens nos processos participativos que são organizados nas áreas de planeamento urbano e ambiente.

› Descentralização dos serviços municipais, criando **novos espaços públicos** nas zonas onde não existem ou onde os existentes são insuficientes ou inadequados, para desenvolver atividades **culturais, formativas** e de **lazer que respondam à procura das mulheres**.

› O Parque Urbano da Vila de Póvoa de Lanhoso agrega, num só espaço, zonas de lazer para jovens, com acesso a campos de jogos e outras atividades desportivas, parque de recreio de crianças e para atividades radicais, para adultos e população idosa conta com zonas verdes, parque de manutenção, cadeiras e acesso ao rio. Conta ainda com uma infraestrutura onde se desenvolvem atividades culturais, como peças de teatro e desfiles de moda ou iniciativas religiosas.

› (<http://www.mun-planhoso.pt>)

› **Adaptar os espaços** públicos e privados de uso coletivo (por exemplo, centros comerciais, cinemas,) a **pessoas que realizam trabalho de cuidado**. Nos espaços públicos municipais a ação pode desenrolar-se de forma direta, enquanto que nos espaços privados de uso coletivo, pode criar-se uma normativa para adequação do espaço, e/ou haver lugar à concessão de ajuda financeira por parte dos municípios.

› Reservar nos transportes urbanos e nos locais públicos **espaços** adequados para a guarda de carrinhos de bebé, carrinhos de compra e similares.

› Fomentar a criação de **espaços de recreio**, zonas verdes, corredores verdes, redes verdes, etc. nos municípios, com o objetivo de melhorar a habitabilidade dos espaços, podendo também centrar-se a ação na criação de micro-equipamentos locais que deem resposta às necessidades das pessoas (parques, zonas de recreio, recursos comunitários, etc.).

› Concessão de **espaços de lazer** para crianças, assim como espaços verdes de distração e espaços abertos de encontro.

- › Criar **espaços para convívio local** nos bairros de habitação.
- › Desenhar edifícios que transmitam os **mesmos valores e obrigações**, por exemplo, as casas de banho públicas devem contemplar zonas de asseio de bebés, tanto na área feminina como masculina.
- › Criar uma **normativa** que exija o **cumprimento dos critérios de facilitação da conciliação da vida pessoal, familiar e laboral** na planificação e no desenho da cidade, e no uso e gestão dos espaços.
- › Fomentar o **acesso à habitação** às mulheres em situação de necessidade e em risco de exclusão.

Sinalização urbana igualitária

Algumas cidades europeias desenvolveram campanhas de integração da perspetiva de género na sinalética. Por exemplo:



Em Dresden, na Alemanha, em alguns pictogramas de sinalização de passagens pedonais substituíram as figuras masculinas verdes por figuras femininas.

Desde 2006 que muitas localidades em Espanha têm tomado a iniciativa de dispor “semáforos igualitários”. As estratégias podem variar entre substituir a figura masculina pela feminina em alguns locais, ou de, no mesmo semáforo, de um lado aparecer a figura masculina e do outro a feminina ou ainda a de alternar entre as figuras masculina e feminina a cada 2 segundos. Fuenlabrada, em 2006, foi a primeira

Apoios à habitação da Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso

A autarquia desenvolve um programa de apoio às famílias através do apoio económico ao arrendamento de habitações, quando não seja possível garantir resposta de alojamento em habitação social.

Concede isenção ou redução das taxas municipais às famílias monoparentais, a casais ou pessoas que vivam em união de facto há mais de dois anos, bem como a pessoas que se encontrem numa situação de debilidade económica.

(www.mun-planhoso.pt)

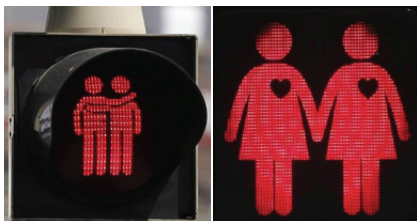
Definir **políticas de arrendamento e compra** de habitação para grupos de mulheres específicos (mulheres agredidas, famílias monoparentais, mulheres jovens).

- › Construir **habitação acessível** económica e funcionalmente, tendo em conta os diversos tipos de unidades habitacionais.
- › Adotar melhorias no sentido de adaptar a **habitação** municipal às necessidades das famílias, promovendo a criação de espaços e serviços nos condomínios, como lavandarias, refeitórios, creches, etc.

localidade a adotar esta prática de maneira sistemática. O Partido Popular teve a primeira iniciativa deste género no Ayuntamiento de Sagunto. A Coruña, Jaén, Vitoria e Valencia também tomaram esta iniciativa.

(Cf. http://www.elespanol.com/ocio/mujer/20160307/107739515_0.html)

Em Viena, em 2015, foram instalados "semáforos gay", para "promover a tolerância"



(CF. <http://www.diariosur.es/sociedad/201505/13/viena-instala-semaforos-antes-20150513180531.html>)



Ainda em Viena, de Áustria, mudou-se o sexo nos pictogramas mais comuns da cidade: sinalização de fraldários em sanitários com figura masculina, sinalização de obras na via com figura feminina, etc.

› Promover a revisão da **senalética do município** para garantir a ausência de imagens estereotipadas (ver caixa Sinalização urbana igualitária).

› Disponibilizar espaços públicos para fortalecer as associações de mulheres.

› Colocar às novas ruas nomes de mulheres que pela sua trajetória pessoal, profissional, social e/ou cultural contribuíram para o desenvolvimento do município e para o reforço da igualdade.

› Identificar os lugares pouco seguros e inacessíveis do município.

› Promover a acessibilidade física de todos os lugares, especialmente ao nível do planeamento de parques industriais – geralmente afastados dos centros urbanos –, através da criação de um sistema de comunicação adequado que garanta a inserção laboral de todas as pessoas em condições de igualdade.

› Eliminar as barreiras arquitetónicas nas ruas e áreas municipais.

Ambiente

› Divulgar o conhecimento acerca do direito à participação plena e igualitária das mulheres no igual acesso e controle dos recursos naturais.

› Apoiar o igual acesso das mulheres às infraestruturas de água potável, tecnologias de energia sustentáveis e fontes energéticas renováveis, através da avaliação participada das necessidades, do planeamento e da formulação de incentivos a nível local.

› Garantir mecanismos de aplicação, a nível local, da **Agenda 2030**, em particular no que respeita ao Objetivo 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e ao Objetivo 5 (igualdade de género) (ver caixa Agenda 2030).

Agenda 2030



A igualdade de género e o empoderamento das mulheres, raparigas e meninas estão no centro da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Para além do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 que visa “Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas”, existem metas sensíveis ao género em 11 outros ODS: ODS1 erradicar a pobreza; ODS2 erradicar a fome; ODS3 saúde de qualidade e bem-estar; ODS4 educação de qualidade; ODS6 água potável e saneamento; ODS8 trabalho digno e crescimento económico; ODS10 reduzir as desigualdades; ODS11 cidades e comunidades sustentáveis; ODS13 ação climática; ODS16 paz, justiça e instituições eficazes e ODS17 parcerias para a implementação dos objetivos.



› Incluir nas bases de avaliação das propostas de adjudicação para a implementação da **Agenda 2030**, critérios associados à introdução da perspetiva de género.

› Identificar áreas de risco social, na perspetiva de género, e elaborar **mapas de risco social**, onde se identificam zonas de intervenção prioritárias.

› Garantir que os **benefícios económicos** decorrentes do uso, conservação e recuperação dos recursos naturais são **equitativos** para ambos os sexos.

› Promover a criação de uma **rede de municípios ambientalmente responsáveis**.

› Promover e alargar hábitos e experiências ambientalmente saudáveis.

› Fomentar a criação de **hortas comunitárias/urbanas** (sociais, de recreio ou pedagógicas). Trata-se de uma prática já promovida em muitos municípios (por exemplo, Lisboa, Porto, Braga, Amares, Palmela, Barreiro, Gondomar, Vila Nova de Gaia, Póvoa do Varzim, Cantanhede, Peniche, Póvoa de Lanhoso, ...).

› Disseminar experiências bem-sucedidas de projetos ambientais e de desenvolvimento que incorporam a perspetiva de género.

› **Sensibilizar** homens e mulheres para o uso e **consumo responsável** de recursos naturais.

Referências bibliográficas

Col·lectiu Punt 6. 2014a. *Mujeres Trabajando: Guía de reconocimiento urbano con perspectiva de género*. Barcelona: Comanegra. Disponível em <https://issuu.com/punt6/docs/mujerestrabajando>, consultado a 16 de Março de 2016.

Col·lectiu Punt 6. 2014b. *Espacios para la Vida Cotidiana: Auditoría de Calidad Urbana con perspectiva de Género*. Barcelona: Comanegra. Disponível em <https://issuu.com/punt6/docs/espaciosparalavidacotidiana>, consultado a 16 de Março de 2016.

CMRE – Conselho dos Municípios e Regiões da Europa e seus parceiros. 2006. *Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local*. Conselho dos Municípios e Regiões da Europa e seus Parceiros. Disponível em http://www.ccre.org/docs/charte_egalite_pt.pdf.

Gaspar, Jorge; Queirós, Margarida (Coord.). 2009. *Género, Território e Ambiente. Estudo de Diagnóstico e Criação de Indicadores de Género*. Disponível em http://www.igualdade.gov.pt/images/stories/documentos/documentacao/relatorios/relatorio_genero_territorio_ambiente.pdf, consultado a 4 de Janeiro de 2016.

Gaspard, Françoise; Heinen, Jacqueline (Coord.). 2014. *Guia para a integração da igualdade entre os sexos nas políticas locais*. Disponível em [https://www.sh.se/p3/ext/res.nsf/vRes/samtidshistoriska_institutet_engelsk_1313581620186_guide_port_pdf/\\$File/guide_port.pdf](https://www.sh.se/p3/ext/res.nsf/vRes/samtidshistoriska_institutet_engelsk_1313581620186_guide_port_pdf/$File/guide_port.pdf), consultado a 10 de Fevereiro de 2016.

Sánchez Madariaga, Inês. 2004. *Urbanismo con Perspetiva de Género. Sevilla. Instituto Andaluz de la Mujer* (Junta de Andalucía).

Rodrigues, Leonor, Cunha, Vanessa, Wall, Karin. 2015. *Homens, papéis masculinos e igualdade de género*. Lisboa: ICS-UL/CITE.

PROMOTOR:



PARCEIROS:



FINANCIAMENTO:

